

FOTOGRAFIAS DA CRISE DA DEMOCRACIA: REARRANJOS DA EXPOSIÇÃO *DEMOCRACIA EM DISPUTA* 2021

Photographs from the Crisis of Democracy: Rearrangements at Democracy in Dispute 2021-2022

Fotografías de Crisis de la Democracia: Reordenamientos en la exposición Democracia en Disputa 2021-2022

Caio Dayrell Santos¹
Francine Altheman²

Resumo

Democracia em Disputa 2021-2022 é uma exposição fotográfica e itinerante sobre as guinadas e os atravessamentos que marcaram a história da democracia no Brasil. Este artigo propõe tanto relatar quanto analisar o processo de curadoria, produção e recepção da mostra. A partir da tese de Avritzer sobre a democracia brasileira assim como nas filosofias políticas de Rancière e Mouffe, elaboramos como as imagens expostas refletem sobre o papel da polarização na crise atual da democracia.

Palavras-chave: Crise da Democracia. Fotografia Documental. Polarização. Agonismo. História da Democracia.

Abstract

Democracy in Dispute 2021-2022 is a photographic and traveling exhibition about the turns and crossings that have marked the history of democracy in Brazil. This article aims to both report and analyze the process of curation, production and reception of the exhibition. Based on Avritzer's thesis on Brazilian democracy as well as on Rancière's and Mouffe's political philosophies, we elaborate how its images exhibited reflect on the role of polarization in the current crisis of democracy.

Keywords: Crisis of Democrac. Documentary Photography. Polarization. Agonism. History of Democracy;

Resumen

Democracy in Dispute 2021-2022 es una exposición fotográfica y itinerante sobre los giros y cruces que han marcado la historia de la democracia en Brasil. Este artículo informa y analiza el proceso de curación, producción y recepción de la exposición. Basándonos en la tesis de Avritzer sobre la democracia brasileña, así como en las filosofías políticas de Rancière y Mouffe, elaboramos cómo sus imágenes reflejan sobre el papel de la polarización en la actual crisis de la democracia..

Palabras-clave: Crisis de la democracia. Fotografía documental. Polarización. Agonismo. Historia de la democraci

¹ Doutorando em Comunicação Social; Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. cdsantos99@hotmail.com - Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3981-7272>

² Doutora em Comunicação Social; Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, SP, Brasil. franaltheman@gmail.com - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1768-7617>

1. Introdução

A Democracia, especialmente no Brasil, nunca foi uma constante histórica. A primeira eleição presidencial considerada verdadeiramente democrática só ocorreu em Dezembro de 1945. Pela primeira vez, mulheres votaram para presidente e praticamente não houve acusações de fraude no pleito, tendo o resultado acatado pela totalidade das forças políticas da época (Gomes, Ferreira, 2019). Com a presidência de Eurico Dutra (PSD), se inaugura um regime democrático que duraria 19 anos até ser brutalmente sustado no Golpe Militar de 1964. Tardou duas décadas para que houvesse uma redemocratização no país e, mesmo após todos sacrifícios e esforços que culminaram na Constituição Cidadã de 1988, a continuidade da Democracia não está garantida e, provavelmente, nunca será.

Buscando valorizar e informar sobre momentos-chave da história democrática no Brasil, o Instituto da Democracia e Democratização da Comunicação (IDDC)³ lançou a Exposição Itinerante *Democracia em Disputa* (2021-2022). A mostra narra a história da democracia no Brasil reunindo mais de meio século de imagens referentes a episódios cruciais para a construção das atuais instituições políticas. Pensando em acolher diferentes públicos e em adaptar-se ao momento de enfrentamento à pandemia, a exposição adquiriu um formato presencial e digital, abarcando outros produtos culturais além da fotografia, como cinema e música⁴. Tendo um membro da equipe do projeto como co-autor, este artigo se propõe a tanto relatar quanto analisar o processo de curadoria, produção e recepção da mostra, se atentando especialmente à sua polêmica repercussão na cidade de Juiz de Fora (MG).

Como ponto de partida, entendemos que imagens fotográficas têm a capacidade de revelar realidades latentes e, por consequência, também podem provocar seus espectadores a agir em defesa de valores e das instituições democráticas. Nesse sentido,

³ Parte do Programa de Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), o IDDC foi fundado em 2017 e reúne pesquisadores de renome nacional e internacional para aprofundar a discussão sobre a democracia brasileira, sua organização, hábitos democráticos da população e organização da mídia no país.

⁴ No formato online, a exposição *Democracia em Disputa* pode ser acessada no endereço: www.democraciaemdisputa.com.br, acesso 03/12/2021.

nosso foco está em como as fotos participam por si só nas cenas políticas, sendo tantos indícios das dinâmicas e movimentos que as produziram quanto potenciais instigadores de guinadas imprevistas nas experiências sensíveis de quem as vê.

Abrindo com uma sucinta apresentação sobre a Crise na Democracia no Brasil, o artigo reflete o papel das manifestações de julho de 2013 no desencadear da crise atual. Em seguida, comentamos sobre o processo de seleção das fotos e a escolha do formato de sua exibição à luz de conceitos estéticos de Jacques Rancière (2012, 2014). Por fim, nas duas últimas seções, analisamos duas fotografias expostas que mostram formas de polarização democráticas e não democráticas segundo um modelo agonístico de democracia (Mouffe, 2000, 2005).

1. A Crise na Democracia do Brasil

O que entendemos como Crise da Democracia na história recente do Brasil é um momento que fica mais bem encarnado na imagem do impeachment de Dilma Rousseff e, posteriormente, na ascensão de um governo que flerta com o fascismo em 2018. Seus antecedentes, no entanto, já estavam anunciados desde pelo menos 2013.

As Jornadas de Junho de 2013 podem ser consideradas um marco na história da democracia brasileira, pois, de um movimento que nasceu apartidário, surgiu, após tanta heterogeneidade, uma forte polarização entre esquerda e direita. De acordo com Alonso e Mische (2017), as mobilizações de junho de 2013 foram apenas o início de um ciclo de movimentos, com diversidade de reivindicações, atores sociais e performances híbridas, capitaneadas pela direita e a extrema-direita, as quais não tinham tradição na organização de protestos.

As manifestações passaram a ser divididas em dois campos de ação coletiva, com alguns atores à direita, outros à esquerda, com o governo nacional como o divisor de águas entre eles. Essa heterogeneidade mostra que não havia uma entidade geral identificável como “as ruas”; ao invés disso, havia uma grande divisão nas demonstrações que espelhavam a divisão dentro do próprio sistema

político. Desde a redemocratização, as manifestações do Brasil tinham sido principalmente de esquerda, mas depois de uma década de governos de centro-esquerda, uma mistura mais eclética foi às ruas (Alonso & Mische, 2017).

Organizadas inicialmente pelo Movimento Passe Livre (MPL) as Jornadas de Junho de 2013 tiveram como estopim a luta pelo transporte público de qualidade (e o direito à cidade) e o cancelamento do aumento da tarifa proposto pelos governos, abrindo espaço para uma multiplicidade ambivalente de protestos em uma centena de municípios do país (Alonso & Mische, 2017; Mendonça, 2018). Diversas interpretações circularam sobre o movimento insurgente nas cidades do Brasil em 2013, especialmente no que se referem as suas consequências para o cenário político nos anos subsequentes, como a contrarrevolução da extrema direita. No entanto, seu estopim é bastante claro e está intrinsecamente ligado com o direito à cidade e com a ocupação do espaço público como agenda e prática da resistência.

Essa fagulha não surgiu em junho. Foram anos de constituição de movimentos urbanos, como o MPL assim como movimentos estudantis, que se articularam em amplas redes para se manifestar, ocupar e promover “trancasos”⁵. Também contribuiu para essa explosão o contexto internacional, com diversos protestos ao redor do mundo, junto com a Copa do Mundo da FIFA realizada no Brasil no ano seguinte, o que implicava em investimentos altos do Estado. Assim, é importante pontuar que:

Não concordamos com o argumento de que as Jornadas foram completamente espontâneas, horizontais e sem base em formas anteriores de mobilização. Tampouco as entendemos como resultados de lutas organizadas que foram se ampliando. Percebemos, em tal processo, uma sobreposição entre espontaneidade e organização, que viabiliza sua singularidade e a potencializa. Sobreposição essa que percorre diferentes caminhos em diferentes localidades (Mendonça, 2018, p. 9).

⁵ Assim como as barricadas, os trancasos são dispositivos que funcionam como um tipo de performatividade plural que busca produzir uma fenda na esfera de aparecimento (BUTLER, 2018). Os trancasos têm como objetivo trancar as ruas por meio de performances criativas, que acabam se caracterizando como uma das principais táticas dos movimentos de insurgência.

A primeira grande manifestação chamada pelo Movimento Passe Livre aconteceu em 6 de junho, no centro de São Paulo. Nos dias 7 e 11, houve novos atos reunindo milhares de pessoas. Até esse momento, a principal reivindicação era a revogação do aumento da tarifa decretado pelos principais governos municipais e estaduais.

Os atos seguintes foram marcados pela violência policial, o que deixou mais de 100 feridos, incluindo jornalistas e fotógrafos, gerando uma onda de indignação contra a PM e o apoio da imprensa mais tradicional. Assim, muitos que, a princípio, não se importavam com o preço dos transportes, também passaram a integrar as manifestações. A reivindicação deixou de ser centrada no aumento da tarifa para abranger a dita expressão da indignação do brasileiro.

Em resumo, os primeiros atos foram arregimentados pelo Movimento Passe Livre e seguiram sua tradicional tática, ligada ao novo anarquismo⁶. A partir do quinto ato, o MPL perdeu o controle do movimento e ficou, de certa forma, órfão. De um lado, havia o movimento popular, com a pauta central pelo direito à cidade e ao transporte público; de outro, a pauta se alargou e surgiram questões vindas de cima para baixo, com linguagens panfletárias e sem foco definido. Muitos atores sociais foram para as ruas, sem uma clara coordenação. Houve um reordenamento das forças políticas seguindo o poder em vez da sociedade civil⁷.

Consequência da derrocada financeira mundial em 2008, as manifestações de 2013 mostraram que a população brasileira também parecia, mesmo que de forma equivocada, cansada de um modelo de democracia reduzida a um mercado de votos, sem direito à participação efetiva do povo, que foi para as ruas gritar suas insatisfações políticas.

Os partidos políticos foram hostilizados e apoiadores que vinham com bandeiras foram expulsos; os manifestantes estavam descrentes de quaisquer políticos, o que fez surgir os “novos salvadores”, tão nocivos ou ainda piores que seus antecessores. Foi um

⁶ O novo anarquismo proposto por David Graeber (2002) adota a lógica da ação direta, do rompimento com o Estado e se configura a partir de comunidades. Desse modo, vê-se uma inspiração provinda do novo anarquismo nos mais novos movimentos sociais, que adota a auto-organização, a formação de suas próprias regras, o engajamento on-line e o enfrentamento do Estado como táticas de resistência.

⁷ Segundo pesquisa do Datafolha, publicada no jornal Folha de S. Paulo, a partir do quinto ato, em junho de 2013, 84% dos manifestantes paulistas não tinham preferência partidária, 71% participavam pela primeira vez de um protesto e 53% tinham menos de 25 anos de idade. FOLHA de S. Paulo. *Em protesto de SP, maioria não tem partido, diz Datafolha*. Folha de S. Paulo (on-line), Cotidiano. São Paulo, 18 de junho de 2013. Disp. em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296886-em-protesto-de-sp-maioria-nao-tem-partido-diz-datafolha.shtml>>. Acesso em: 12/09/2021.

momento de falso reconhecimento, uma defesa momentânea de direitos e da dignidade dos sujeitos, cujo parâmetro não alterou o julgamento das demandas.

Isso deixa evidente uma crise das representações políticas e a intensificação publicamente manifesta de um descontentamento com a democracia contemporânea, o que deixou um caminho aberto para a contrarrevolução fascista que se originou desse cenário. A ideia de expulsar partidos políticos só fez surgir novos partidos e novos políticos, que trouxeram a crise na democracia brasileira atual, que culminou, mais tarde, com o impeachment de Dilma Rousseff e a ascensão de Bolsonaro ao poder.

2. A Uma Montagem Pendular da Democracia Brasileira

Curada de forma colaborativa, *Democracia em Disputa* recebeu contribuições de múltiplos pesquisadores nas áreas de ciência política, história e comunicação⁸. A partir da deliberação conjunta entre membros do Instituto da Democracia, uma lista de acontecimentos históricos entendidos como mais relevantes foi elaborada e, a partir daí, iniciou-se um trabalho de pesquisa e levantamento de arquivos fotográficos referentes a esses mesmos episódios. Uma primeira leva de fotografias foi proposta pelo Projeto República - que já tinha acumulado uma experiência na construção do museu virtual *Memorial da Democracia*⁹, para depois ser revista e expandida por professores e pesquisadores do próprio Instituto.

Retirando algumas poucas imagens já pré-selecionadas, não havia uma orientação explícita sobre que tipo de fotografias deveriam entrar na exposição. A curadoria, no entanto, se orientou pela tese defendida por Leonardo Avritzer (2019) no livro *O Pêndulo da Democracia*. Em linhas gerais, o autor - que também é coordenador do projeto - faz uma análise de “*longue duree*” da experiência democrática brasileira e identifica uma tendência de oscilação entre processos de democratização e antidemocratização. Esta dinâmica

⁸ A curadoria fotográfica foi composta por equipes do IDDC, protagonizada pela cientista política Priscila Zanandrez junto com o comunicólogo Caio Dayrell Santos, e do Projeto República, protagonizada pelos historiadores Danilo Marques e Pauliane Braga.

⁹ Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/>, acesso 12 set. 2021.

se passa por um conjunto de elementos estruturais que, ao longo da história, resultam em períodos de entusiasmos democráticos ou autoritários¹⁰.

Esta visão pendular não é apenas empiricamente observável, mas traz implicações normativas. Há uma manutenção de vias antidemocráticas de questionamento da soberania política e de resultados eleitorais que parecem ficar ao serviço de quem estiver disposto a utilizá-las. Como resultado, a defesa de direitos no Brasil se fez inerentemente frágil, vinculada "não às garantias institucionais, mas a um arranjo intraelites que trocou uma estrutura de direitos por uma ideia de cordialidade" (Avritzer, 2018, p. 278). Por consequência, a crise da democracia contemporânea, caracterizada como um período de regressão democrática, trata-se de um problema estrutural, e não conjuntural.

Após o processo de pesquisa de arquivos, a seleção final das imagens se preocupou em provocar no espectador esse vai e vem histórico. As fotografias são expostas sempre na frente e no verso de grandes painéis. Mostras usam dessas díades para poupar tanto os custos quanto o espaço usado na montagem, mas neste caso foi também uma escolha estética. Para sustentar esta distribuição, cada imagem teve que ser pareada com outra que a complementa ou a contrapõe, transmitindo assim o próprio sacolejar do desenvolvimento da democracia brasileira. A memória de um assassinato político pode ser antecedida por uma manifestação solicitando intervenção militar e sucedido de um ato de resistência de rua. A justaposição de cenas demonstra conflitos sendo ora escalonados, ora interrompidos, em um ritmo imprevisível. Cada imagem é uma guinada no desenrolar da história, que caminha em um passo trépido. Por mais que *Democracia em Disputa* traga uma sequência aparentemente linear e cronológica dos fatos, a forma como as imagens foram distribuídas e articulam entre si mostra uma história marcada por descontinuidades.

¹⁰ Avritzer (2018) e (2019) organiza a oscilação da Democracia Brasileira em quatro movimentos: (1) a República Populista de 1946 a 1964 que inaugura a experiência democrática, interrompida pelo (2) Golpe Militar e pela instalação de uma ditadura de 1964 a 1985, seguida por sua vez como uma retomada com a (3) Redemocratização e Aprimoramento da Democracia de 1985 a 2013 e com uma nova degradação com a (4) Crise da Democracia, iniciada para o autor em Julho de 2013. A exposição acompanhou esses segmentos, distribuindo as 37 imagens totais em 4 fotografias para a Abertura Democrática, 6 para a Ditadura Militar, 12 para a Redemocratização e 15 para a Crise da Democracia.

É possível correlacionar a montagem da exposição com o que Rancière (2012) chama de *frase-imagem*, já que subverte uma lógica de encadeamento passivo, transformando-se num grande salto disruptivo. O autor compreende que a arte deve se construir como contraditória, caótica, em formas de encenação, de montagem ou ainda na relação do dito e do não dito de uma fotografia. Rancière (2012, p. 56) explica que “a frase não é o dizível, a imagem não é o visível. Por frase-imagem entendo a união de duas funções a serem definidas esteticamente, isto é, pela maneira como elas desfazem a relação representativa do texto com a imagem”.

Sendo assim, entende-se que as imagens produzem rearranjos de visibilidades, ou seja, uma recombinação de signos capazes de desestabilizar discursos dominantes. “O trabalho da arte é, portanto, jogar com a ambiguidade das semelhanças e a instabilidade das dessemelhanças, operar uma redistribuição local, um rearranjo singular das imagens circulantes” (Rancière, 2012, p. 34).

Além disso, o arranjo durante o percurso na exposição força o espectador a percorrê-la em ziguezague, reproduzindo conforme atravessa a mostra os movimentos oscilantes do tempo, ou seja, num poder de associar e dissociar, em que reside a emancipação de cada espectador (Rancière, 2014). A emancipação do espectador também é uma ruptura, é um processo em que ele participa da performance, incorporando-se à energia vital da cena, transformando a imagem em uma história que ele leu ou inventou.

A emancipação, por sua vez, começa quando se questiona a oposição entre olhar e agir, quando se compreende que as evidências que assim estruturam as relações do dizer, do ver e do fazer pertencem à estrutura da dominação e da sujeição. Começa quando se compreende que olhar é também uma ação que confirma ou transforma essa distribuição das posições (Rancière, 2014, p. 17).

Desse modo, na descontinuidade proposta na organização da exposição, bem como na curadoria inspirada pela leitura de Avritzer, vislumbram-se possibilidades de rupturas e rearranjos com potencial transformador dos regimes sensoriais.

3. Um abraço incômodo: o agonismo na transição presidencial de 2003

A exposição física de *Democracia em Disputa* foi lançada oficialmente em Julho de 2021, como parte da programação cultural da 73ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, evento realizado na Universidade Federal de Juiz de Fora e

com apoio da prefeitura de Juiz de Fora. Na sua primeira edição, a exposição não chegou a apresentar as quase quarenta imagens curadas, mas uma seleção mais restrita de apenas nove¹¹, porém impressas em maior formato.

Os painéis frente e verso ficaram reservados para o Museu de Arte Contemporânea de Niterói, que recebe a exposição completa em Dezembro de 2021. Ao invés de fotografias, no nível do olhar como originalmente idealizado, banners de dois por três metros foram pendurados na fachada do Centro Cultural Bernardo Mascarenhas, na região central da cidade. Posta na altura do segundo andar do edifício, cada imagem podia ser perfeitamente admirada pelos passantes da rua (Fig. 1). A escolha por usar o exterior do prédio se deveu pela conjuntura da pandemia de coronavírus. Para garantir maior segurança sanitária, foram evitados espaços fechados e, por isso, foi necessário achar uma alternativa para contemplar os registros históricos da própria calçada.



Figura 1— Edição física de *Democracia em Disputa*, em Juiz de Fora. Fonte: Alice Garcez.

¹¹ A primeira seleção de imagens expostas está disponibilizada no próprio site do Instituto da Democracia, pelo endereço: < <https://www.institutodademocracia.org/exposicademocraciaemdisputa> >, acesso 07 de Set. de 2021.

Apesar de comportar uma quantidade bem menor de fotos, este novo formato tinha uma vantagem: era muito mais chamativo. Qualquer um que passasse pela área, seja a pé, de carro ou de ônibus, teria sua curiosidade despertada pelas imagens de multidões e protestos em diferentes épocas da história. Seja para o bem ou para o mal, não tardou muito para que as fotografias se tornassem assunto de intenso debate em Juiz de Fora, chegando inclusive a serem questionada pelos políticos municipais.

Sargento Mello Casal (PTB), um vereador bolsonarista, viu os quadros como oportunidade para atazanar a prefeita da cidade, Margarida Salomão (PT). O vereador entrou com ação popular contra a exposição, conquistando dias depois decisão liminar favorável por parte do juiz Marcelo Alexandre do Valle Thomaz, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acusando o Instituto da Democracia e a prefeitura de danificarem um edifício tombado, a decisão exigia a retirada imediata dos painéis, referidos de maneira pejorativa como “engenhos de publicidade”. A liminar foi derrubada com prontidão. Os quadros são leves e foram instalados desde o telhado, tomando o cuidado para garantir que não causassem nenhum risco à preservação do prédio e seguindo padrões das instalações feitas anteriormente no mesmo local. Além disso, as imagens foram escolhidas por seu valor histórico e documental, não servindo em hipótese nenhuma como propaganda para um ou outro grupo político.

O caso rapidamente ganhou repercussão em diferentes meios de comunicação, que em geral, apontaram o contrassenso da decisão que “censurava” uma exposição fotográfica sobre democracia. Atendendo ao recurso da prefeitura, o desembargador Maurício Torres concordou, escrevendo: “a determinação de retirada das imagens implicará supressão total do direito à manifestação de pensamento e à liberdade de expressão, artística e cultural”. Apesar das trágicas implicações políticas e do estresse da equipe de produção, o episódio acabou sendo relativamente positivo, servindo para dar noticiabilidade ao projeto e ajudar a divulgá-lo.

Durante o processo de curadoria das imagens, sempre houve a consciência de que, considerando a conjuntura do país, cenas do passado causariam desconforto para alguns. A suspeita original era que seriam atacadas as fotografias que rompessem com uma narrativa revisionista da história marcada pela nostalgia da ditadura ou que expusessem manifestações em oposição aos últimos governos. No entanto, o que foi mais atacado pelos grupos bolsonaristas da cidade não foi a repressão militar a populares logo depois

do golpe de 1964, nem um Black Bloc opondo-se à polícia durante a votação da PEC do Teto de Gastos em 2016 ou sequer uma recente imagem de uma manifestante demandando o Impeachment do atual presidente. O que mais incomodou foi um abraço.

A foto em questão se refere à cerimônia da passagem da faixa presidencial de 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva toma posse como presidente da República (Fig. 2). Alan Marques, fotógrafo da Folha de S. Paulo, registrou o instante logo após Lula subir a rampa do Palácio do Planalto e logo antes de adquirir a fita verde e amarela: ao encontrar com seu antecessor e adversário político, Fernando Henrique Cardoso, o petista abraça o tucano. É o único momento na história em que um presidente eleito diretamente pelo voto popular completa seu segundo mandato e entrega seu cargo para outro eleito pelo voto e que também viria completar dois mandatos ininterruptos no futuro - o que por si só talvez já basta para marcar o auge do processo de democratização no Brasil. O gesto adquire ainda mais valor por ocorrer entre oponentes políticos, simbolizando a transferência pacífica do poder, um dos princípios basilares das democracias e cada vez mais contestado por lideranças populistas no mundo. No entanto, nas redes sociais do vereador (Fig. 3), a fotografia foi descrita em áudio como “propaganda comunista financiada por uma prefeitura do PT”.



Figuras 2 e 3— Lula e FHC nas redes sociais de bolsonarista. Fonte: Alan Marques/Folhapress - Stories do Instagram de @sargentomellocasal.

A democracia em si não é adversa a polarizações (Stavrakakis, 2018). Teóricos como Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985) argumentam que toda configuração social é marcada por uma lógica de saturação discursiva que inevitavelmente produz divisões entre as partes e o todo. Devido à própria impossibilidade de elaborar discursos que abarcam a vasta complexidade e a multiplicidade no interior da própria sociedade, qualquer regime político inevitavelmente fabrica restos. O reconhecimento desta divisão e a possibilidade de questioná-la é, em uma dimensão ontológica, constitutiva da própria democracia.

Para Mouffe e Laclau (1985), no decorrer do processo histórico, é normal que sujeitos excluídos acabem se agrupando em identidades formadas em contraste as oligarquias que os governam. Elaboradas pela lógica “eles/nós”, essas identidades coletivas antagonistas tendem a se concentrar em dois pólos hegemônicos, dando origem às diferentes formas de polarizações democráticas: situação e oposição, esquerda e direita, progressistas e conservadores, etc...

Eleições periódicas, pluralidade de partidos, livre debate de ideias e publicidade do processo decisório são qualidades importantes, mas não são suficientes para manter a democracia viva e pulsante. A simples manutenção de práticas e leis democráticas, em uma esfera pública esvaziada de dissenso, já fere o espírito conflitante da democracia. Neste sentido, Mouffe (2000, 2005) entende o governo democrático como envolvido em um jogo iniludível entre dois imperativos antitéticos: por um lado, a necessidade de instituições sociais sólidas e arranjos funcionais que estabilizam a vida comum e, por outro, a própria consciência que essas mesmas leis e práticas políticas são sempre passíveis de serem rearticuladas e renegociadas, o que implica em escolhas entre alternativas e pressupõe dinâmicas de diferença e antagonismo (Stavrakakis, 2018). Em suas próprias palavras, “o que há de específico e valioso na democracia moderna liberal é que, quando propriamente entendida, oferece um espaço no qual o confronto é mantido aberto, relações de poder estão sempre em questão e nenhuma vitória pode ser final” (Mouffe, 2000, p. 15 - trad. nossa).

Ainda assim, uma forma de consenso não pode ser descartada. Qualquer governo ou regime político, incluindo a democracia, depende de valores éticos e políticos comuns que ofereçam legitimidade e respeito às instituições. Essa sociabilidade mínima que media o confronto democrático é nomeada por Mouffe como agonismo, definido como “a relação nós/eles em que partes em conflito,

apesar de reconhecerem que não há solução racional para seu conflito, ainda assim reconhece a legitimidade de seus oponentes” (Mouffe, 2005, não paginado). O grupo opositor deve ser tratado não como “um inimigo a ser destruído”, mas como “um adversário cuja existência é percebida como legítima”. Ao invés de impor uma decisão à força ou tentar resolver as fissuras e contradições sociais, o agonismo promove um consenso que viabiliza a continuidade do dissenso democrático. Trata-se, portanto, de um paradoxal respeito básico às instituições, para assim poder contestá-las.

Essa civilidade se manifesta no abraço entre Lula e FHC que tanto desconcerta os bolsonaristas juiz-foranos. Nenhum dos chefes de estado tem o rosto totalmente exposto, FHC está de costas e seu ombro esconde parte da cabeça de Lula. Os identificamos menos pelas faces e mais pelo contexto, assim como por suas respectivas idiossincrasias, como a própria faixa presidencial ainda vestida por FHC e a falta do mindinho na mão de Lula. Independente do que cada personagem representa no espectro ideológico, a imagem mostra uma solidariedade despersonalizada e recíproca entre adversários que, para além de suas rixas e discordâncias, são capazes de enxergar humanidade um no outro. O presidente que sobe a rampa não supõe que o antecessor se converteu em aliado e tampouco o que desce receia que seu sucessor abusará da autoridade recém conquistada para castigá-lo. Ambos eram e seguem sendo opositores, o que garante que o conflito siga movendo a esfera pública.

4. Polarização Perniciosa no Impeachment de Dilma Rousseff

Quando a mera exibição de solidariedade entre rivais inspira hostilidade, o agonismo democrático definhou. O oponente deixa de ser pensado como um adversário cuja posição e existência devem ser asseguradas, mas sim como um inimigo a ser eliminado. Uma vez que a oferta de alternativas, mesmo que discursivamente limitadas, é necessária para que haja um senso autêntico de escolha que mobilize os cidadãos a participar da política, a polarização é essencial para a democracia; no entanto, ela também traz seus próprios perigos (Stavrakakis, 2018). “Políticas polarizantes sempre carregam o risco de ganhar vida própria, eviscerando laços transversais e canais não partidários de compromisso, se tornando, portanto, *perniciosa*” escrevem McCoy e Somer (2019, p. 235 - grifo nosso).

Para os autores, isto não ocorre porque há uma distância ideológica grande demais entre os dois pólos consolidados. O abandono do conflito agonístico não é fruto de uma ampliação das opções políticas ou da radicalização de suas propostas, mas sim de sua restrição: se dá pela constituição de uma “linha divisória” em que se pertence necessariamente em apenas um grupo ou outro. Para Mouffe e Laclau (1985), o “povo” constituído na divisão agonística reúne identidades coletivas que permanecem plurais e contingentes, por isso, se mantém negociáveis e abertas a alianças com o diferente; a polarização perniciosa, no entanto, esgota qualquer nuance.

Neste contexto, o discurso político adquire um caráter maniqueísta e moralizador. “A psicologia da polarização se torna fundamental para mecanismos de desumanização, despersonalização e estereotipização que contribui para sentimentos de repugnância, medo e desconfiança para os de fora” (McCoy & Somer, 2019, p. 245). Líderes e seus apoiadores descrevem seu próprio grupo, assim como o do oponente, em termos restritos de bom ou mau.

Como resultado, a polarização perniciosa rejeita o atravessamento de múltiplas identidades em favor de apenas uma única divisão de nós contra eles. A sua “linha divisória” passa a ser onipresente, provocando uma sociedade hiper-politizada, em que todas as dimensões da vida coletiva são julgadas a partir das simpatias partidárias, incluindo o próprio dia a dia dos sujeitos. Como quem tenta diálogo ou compromisso com o outro lado é rechaçado como traidor ou vendido, as pessoas passam a se isolar de suas comunidades e famílias, parando de interagir com quem pensa diferente e intensificando ainda mais a polarização.

Talvez a aversão bolsonarista à memória de cordialidade se deva a essa suspeita radical a todos que aceitam relações além de sua preferência partidária. O abraço de Lula e FHC mostram lideranças que, apesar da importância que têm, sabem que política não é tudo. Mas há outra hipótese para o escarcéu da direita: o gesto constrange o espectador a esperar respeito à sucessão presidencial, o que tudo indica não ocorrer por parte do atual presidente.

Na retórica maniqueísta, o outro é idealizado como um inimigo que anseia a destruição do sujeito. Como sua sobrevivência está sob constante ameaça, o seu grupo precisa vencer a todo e a qualquer custo. Na busca pela vitória, princípios de convivência democrática podem ser livremente suspensos ou até mesmo abertamente violados e o uso da violência física nunca é descartado.

Apesar de considerarmos que a democracia no Brasil está em crise pelo menos desde Junho de 2013, o seu principal marco ainda é a retirada de Dilma Rousseff do governo em 2016. Em *Democracia em Disputa*, esse momento é sintetizado na panorâmica de Ricardo Stuckert (Fig. 4). Feita no dia da votação do Impeachment na Câmara dos Deputados, a fotografia mostra a Esplanada dos Ministérios literalmente dividida ao meio entre manifestantes favoráveis e contrários ao processo. Na data em questão, o Governo do Distrito Federal montou um longo esquema de grades de metal, colocando cada grupo em lados opostos. A cena captura perfeitamente a polarização perniciosa que corrói a sociedade brasileira e a divide em duas cores: os vermelhos à esquerda, os amarelos à direita e, entre eles, um vazio intransponível¹².

Avritzer (2018) identifica duas razões principais do porquê o impedimento de Dilma Rousseff reflete uma regressão democrática. A primeira é que, logo no dia seguinte às eleições, o candidato derrotado, Aécio Neves (PSDB) deu o pontapé para o impeachment ao se recusar a reconhecer o desfecho das eleições. Seu partido protocolou recurso no Tribunal Superior Eleitoral, questionando os resultados. A postura do PSDB desenterrou dúvidas comuns sobre resultados eleitorais estreitos na década de 1950, viabilizando no futuro o negacionismo eleitoral da retórica de Jair Bolsonaro. O segundo é que, além de apelar para uma acusação frágil de crime de responsabilidade¹³, a ascensão à presidência de Michel Temer (MDB) propôs, desde o primeiro dia, desfazer a relação entre o programa eleito e a política pública, assumindo uma agenda completamente própria ou pelo menos diferente do programa da chapa pela qual foi eleito. Desta forma, tanto por suas origens em uma derrota ressentida, quanto por promover uma substituição radical do projeto político do governo, o Impeachment de Dilma Rousseff materializa o questionamento da legitimidade da democracia representativa e da soberania popular já presentes desde 2013.

¹² Não por acaso, Petra Costa usou uma variação desta mesma imagem no documentário *Democracia em Vertigem*, no qual a autora narra sua visão pessoal sobre a sucessão e declínio dos governos petistas.

¹³ As chamadas “pedaladas fiscais”, das quais Dilma foi acusada, são um instrumento utilizado por todos os presidentes desde 1994, e o próprio vice-presidente o utilizou no exercício da prerrogativa de presidente. “Assim, houve a aplicação de um dispositivo menor da lei do impeachment com a quebra do princípio da igualdade perante a lei”. (Avritzer, 2018, p. 274)



Figuras 4 – Votação do Impeachment de Dilma Rousseff . Fonte: Ricardo Stuckert.

No entanto, a disposição física das pessoas na cena fotografada acaba evidenciando um processo de polarização nas ruas que ocorria paralelamente aos meandros dos palácios. A reeleição de Dilma em 2014 foi por uma margem muito pequena de votos: 51,65% contra 48,36%, já sinalizando a divisão latente que imperava no Brasil. O resultado expunha questionamentos legítimos sobre a condução do país pelo PT, que também foram legitimamente derrotados nas próprias eleições. Mas, ao invés de honrar as urnas, optou-se por tentar sabotar o governo eleito e impor outro programa, ferindo o agonismo.

A ruptura com pactos democráticos no Impeachment, instaurou uma instabilidade social, econômica e política que provou solo fértil para a ascensão do extremista Jair Bolsonaro à presidência. Definido por constantes ameaças de golpes contra os outros poderes e abusos de autoridade contra direitos conquistados, o governo de Bolsonaro abusa de um discurso inflamado e fraudulento para

mobilizar sua base social e impossibilitar o retorno ao agonismo rompido em 2016, trabalhando assim para manter um ambiente hostil e estéril¹⁴.

5. Considerações Finais

É fácil subestimar o quão frágil a democracia é. *Democracia em Disputa* expõe essa vulnerabilidade ontológica através de uma narrativa intermitente da história, na expectativa de que o reconhecimento da contingência democrática inspire a defendê-la e preservá-la.

As imagens trabalhadas, tanto pelo que documentam quanto pelas reações que provocam, sugerem que a democracia diz muito mais sobre uma cultura de lidar com o outro e de resolver conflitos relativos ao comum do que propriamente uma forma de Estado baseada em leis ou procedimentos. Talvez, ao invés de ser erguida na suposta força de instituições ou da obediência a seus princípios, a democracia depende de fato das disposições afetivas de seus próprios cidadãos consigo mesmos.

Esses afetos são historicamente construídos e articulados e podem se fazer presentes através de imagens. O agonismo democrático é fruto de um processo amplo e complexo, assim como é a polarização antidemocrática. Por mais desafiante que seja enxergar um horizonte futuro que escape da inimizade atoladiça, se há algo que as fotografias do nosso passado recente demonstram é que a história é impreterivelmente volúvel.

¹⁴ Um exemplo concreto dessa inimizade social foi a violência eleitoral no ano de 2018, quando houve dois grandes atentados por motivação política no país: o assassinato de Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes e a facada contra o próprio então candidato Jair Bolsonaro. Agressões físicas, no entanto, também foram presentes de maneira dispersa na sociedade. Segundo a Agência Pública, dez dias antes do primeiro turno houve 70 ataques no país, seguidos por mais 65 até o segundo turno. Do total de 135 agressões, 96 foram perpetuadas por eleitores de Bolsonaro, pondo em prática as ações propagandeadas em suas falas públicas. Disp. em: <https://apublica.org/2018/11/violencia-eleitoral-recrudescu-no-segundo-turno/>, acesso 12 de set. 2021.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, A.; MISCHÉ, A. (2017). Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests. *Bulletin of American Research*, 36 (2), 144-159.
- AVRITZER, L. (2018). O pêndulo da democracia no Brasil: Uma Análise da Crise 2013-2018. *Novos Estudos - CEBRAP*, 37(1), 273–289. <https://doi.org/10.25091/s01013300201800020006>.
- AVRITZER, L. (2019) *O pêndulo da democracia*. Todavia.
- BUTLER, J. (2018) *Corpos em aliança e a política das ruas*. Civilização Brasileira.
- GOMES, A. C.; FERREIRA, J. (2021). Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. *Locus: Revista De História*, 24(2). <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2018.v24.20880>
- GRAEBER, D. (2002) *The New Anarchists*. New Left Review, 13, 61-73
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. (1985). *Hegemony & socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London: Verso.
- MCCOY, J.; SOMER, M. (2019). Toward a Theory of Pernicious Polarization and How It Harms Democracies: Comparative Evidence and Possible Remedies. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 681(1), 234–271. <https://doi.org/10.1177/0002716218818782>
- MENDONÇA, R. F (2017). Singularidade e identidade nas manifestações de 2013. *Revista de Estudos Brasileiros*. 66 130-159.
- MOUFFE, C (2000). *The democratic paradox*. Verso.
- MOUFFE, C (2005). *On the Political : Thinking in action*. Routledge.
- RANCIÈRE, J. (2012). *O destino das imagens*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- RANCIÈRE, J. (2014). *O espectador emancipado*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- STAVRAKAKIS, Y. (2018). Paradoxes of Polarization: Democracy’s Inherent Division and the (Anti-) Populist Challenge. *American Behavioral Scientist*, 62(1), 43–58. <https://doi.org/10.1177/0002764218756924>